



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0012659-41.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços**
Requerente: **Diego Carlos Grau Me**
Requerido: **Net São Carlos Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter celebrado contrato visando à prestação de serviços por parte da ré, os quais previam a portabilidade de duas linhas telefônicas, tendo avisado o representante da ré que já não utilizava uma delas.

Alegou ainda que não foi informada da cláusula de fidelidade a seu cargo e que na sequência recebeu diversas cobranças indevidas que culminaram com o aviso de que seria inserida perante órgãos de proteção ao crédito por dívida na verdade inexistente.

Ademais, salientou que se mudou de endereço e que a ré demorou excessivamente para transferir as linhas, de modo que deixou de auferir nesse período R\$ 2.000,00.

Almeja ao recebimento de indenizações que especificou.

Os pleitos da autora desdobram-se em: indenização por danos materiais que teria suportado no valor de R\$ 598,50; indenização por danos morais; recebimento de importância a título de lucros cessantes; percepção em dobro de montante apontado como de sua responsabilidade perante o SCPC.

Não lhe assiste razão, porém.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Quanto aos danos materiais, a autora foi instada a esclarecer como apurou a quantia postulada (fls. 175/176, item 2), mas se limitou a informar que ele “*é referente as franquias cobradas indevidamente*” (fl. 179, penúltimo parágrafo).

Com tal manifestação a autora não atendeu o que lhe foi determinado, porquanto não apontou com a necessária precisão em quais faturas teria ocorrido a cobrança injustificada e em que patamar ela teria porventura sucedido.

Isso seria de rigor para a adequada delimitação do pedido e comprovação de sua origem.

Outrossim, e independentemente desse aspecto, reputo que não há base sólida para a ideia de que a franquia em apreço seria indevida.

O contrato de fl. 16 contemplou expressamente a existência de dois números que seriam objeto de portabilidade à ré, sem qualquer ressalva.

A alegação de que o representante da ré teria sido informado de que uma das linhas não era utilizada não vinga diante dos termos claros do ajuste firmado, o qual inclusive prepondera sobre eventual prova oral que apontasse em sentido contrário.

Em suma, a autora contratou serviço que lhe foi regularmente cobrado, não se cogitando de valores pagos a maior.

A indenização aqui versada, portanto, não possui lastro a ampará-la.

Quanto à reparação por danos morais, labora em equívoco a autora.

Invoca a propósito “*toda a tensão nervosa que o requerente e sua família passaram*” (fl. 08, parte final do primeiro parágrafo), mas esse é argumento que se aplica apenas quando pessoas físicas são expostas a situações que ao menos em tese lhes causem danos morais.

Como a autora é pessoa jurídica e utilizava as linhas em pauta no desenvolvimento de sua atividade comercial, a avaliação sobre o assunto é diferente porque passa pela comprovação do abalo em sua imagem a partir dos fatos discutidos, consoante orientação pretoriana:

“Já no que toca a indenização por danos morais, não se desconhece que a pessoa jurídica pode ser passível de sofrer abalo moral, tanto assim é que é o que dispõe a Súmula 227 do Superior Tribunal de Justiça: 'A pessoa jurídica pode sofrer dano moral'. Todavia, tratando-se de pessoa jurídica, o dano de natureza objetiva deve ser concreto, nada se presumindo a respeito” (TJ-SP, 3ª Câmara de Direito Privado, Apelação nº 0001925-07.2010.8.26.0220, rel. Des. **BERETTA DA SILVEIRA**, j. 31.07.2012).

No mesmo sentido: Apelação nº 0123816-35.2008.8.26.0100.

Ora, como a autora não fez prova consistente de que isso teria acontecido e sequer relacionou o tema ao pedido que formulou, não faz jus à indenização a esse título.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Já quanto aos lucros cessantes, decorreriam do atraso da ré na transferência da linha telefônica para o novo endereço da autora, o que redundou em queda de seu faturamento (fl. 07, primeiro parágrafo).

A versão, todavia, está desacompanhada de um só indício que ao menos lhe conferisse verossimilhança.

Isso porque a autora não fez prova alguma de quanto sua atividade rendeu nos meses que antecederam a mudança, no mês em que esta ocorreu e nos meses subsequentes.

Como se percebe, não há um único parâmetro concreto que indicasse que a autora deixou de auferir determinado valor em decorrência da demora atribuída à ré e muito menos que o valor pleiteado – R\$ 2.000,00 – correspondesse a isso.

Por fim, a autora pretende receber em dobro valor apontado pela ré como débito junto ao SCPC, observando-se por oportuno que a negativação ao que consta não aconteceu.

Ainda que se admitisse que o aludido valor era indevido, não prosperaria o pedido porque o Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou que “*a repetição em dobro do indébito, prevista no art. 42, parágrafo único, do CDC, não prescinde da demonstração da má-fé do credor*” (Reclamação nº 4892-PR, rel. Min. **RAUL ARAÚJO**, j. 27.4.2011).

Na espécie vertente, não vislumbro a presença de má-fé da ré, mas quando muito de apuração de valor eventualmente indevido, de sorte que a não terá aplicação a aludida regra.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 27 de novembro de 2013.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA